



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos –**  
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio**  
4 **das Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**



### Assembleia Ordinária do

### Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 07/10/2016

10 Aos sete dias do mês de outubro do ano de 2016, às 8h 30min. em primeira convocação,  
11 no auditório do 7º andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**  
12 **– SEDS/PR**, sito no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº - Bairro  
13 Centro Cívico, em Curitiba/PR, foi dado início à Assembleia Ordinária do **Conselho**  
14 **Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**, para a qual os Conselheiros foram  
15 previamente convocados. A abertura desse evento esteve a cargo da Secretária Executiva  
16 do Colegiado, **Assistente Social Juliana Müller**, que a todos saudou, solicitando que se  
17 procedesse a auto-apresentação dos Conselheiros já presentes, a saber: - Lindalane M.  
18 Casas (COHAPAR), Roberto Correia de Melo (OAB), Vitória Suzana Skizinski (USUÁRIA),  
19 Sérgio Francisco Bernardo (USUÁRIO), Odelita Herbst Milanese (SEDS), Aurora da  
20 Aparecida dos Santos (USUÁRIA), Sandra Christiane Kloser Busnello (SESA), Débora  
21 Rickli Fiuza (Cons. Reg. De Psicologia), Carla Regina W. De Moraes (APAE de Palmas),  
22 Maria de Lourdes C. San Roman (Superintendência de Assist. Social – SEDS), Dulce  
23 Darolt (SEJU) – **11 Conselheiras** – Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico/SEDS). Antes  
24 da segunda convocação às 8h45min., outros Conselheiros foram chegando, sendo  
25 registradas as seguintes presenças: - Carlos da Silva (USUÁRIO), Alzenir de Fátima S.  
26 Santos (SEDS), Márcia Mazzarotto (SEDS), José Araújo da Silva (Ação Social do  
27 Paraná), Sueli Aparecida Zanatto Tupan (APAE de Umuarama), Elenice Malzoni (SEDS –  
28 CPE), Simone Cristina Gomes (Sindicato dos Psicólogos do Paraná), Tatiana Possa  
29 Schafachek (CGS-SEDS), Marcela Evangelista (GFS/SEDS), Clecy Aparecida Grigoli  
30 Zardo (APAE de Marilândia do Sul), Daniele de March (SINDASP), Carina Suelen de  
31 Carvalho (CRESS – 11º Região), Helen Oliveira Silva (APAE de Campo Mourão), Viviane  
32 Aparecida Ribeiro Santos (SETI), Débora Rickli Fiuza (Conselho Regional de Psicologia).  
33 Num primeiro momento, a Conselheira **Vice-Presidente Clecy A. Grigoli Zardo (APAE**  
34 **de Marilândia do Sul)** fez uma saudação ao plenário, utilizando-se de um trecho do  
35 Evangelho segundo **Lucas – cap.1**. Na sequência, a Presidente desse Colegiado,  
36 **Conselheira Maria de Lourdes San Roman** referiu-se à sua participação junto à  
37 **Conselheira Tatiana Possa**, no Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social -  
38 FONSEAS realizado em Brasília, quando abordou-se o Pacto de Aprimoramento do  
39 SUAS– período 2016 a 2019, onde foram ouvidos depoimentos sobre questões regionais.  
40 Chamou a atenção o fato de que pela primeira vez o FONSEA - possui um grupo técnico.  
41 Deixou claro que as Conselheiras voltaram impactadas pela questão humana que o  
42 mundo todo atravessa. Pedir a Deus que os esforços de todos nessa política, sejam  
43 voltados para a dignidade humana. •**Apreciação da pauta – com possíveis inclusões:**  
44 **1) Questionário para os Conselhos Municipais – 2) – Conselheira Dulce Darolt (SEJU) –**  
45 **Centro do Migrante – Eleição – Pastoral do Migrante •Aprovada a pauta •Apreciação**  
46 **da ata referente à assembleia de setembro – Aprovada. •Informes da Secretaria**  
47 **Executiva – Secretária Juliana Müller – Ofícios Recebidos:** Ofício 2845/2016 do MP  
48 do Paraná, solicitando informações do FEAS/PR, encaminhado para a Coordenação de  
49 Gestão dos Fundos; Ofício 019/2016 do CMAS de Umuarama – Nota de Repúdio ao  
50 Decreto nº 8.805 de 07/07/2016 (encaminhado à comissão de Políticas Sociais); Ofício  
51 170/2016 do CMAS de Londrina – Manifestação Pública, referente ao Decreto nº 8.805 de  
52 07/07/2016 (encaminhado à comissão de Políticas Sociais); Ofício 041/2016 do CMAS de

53 Curitiba – Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual da Casa de  
54 Passagem Indígena (encaminhado à Comissão de Financiamento). Ofício 089/2016 –  
55 Secretaria de Assistência Social de Ipiranga (encaminhado à Comissão de  
56 Financiamento). Envio por e-mail dos materiais discutidos e analisados na Reunião  
57 Trimestral do CNAS, ocorrida dia 16/09 em Brasília. (Marco Regulatório das Organizações  
58 da Sociedade Civil/ Apresentação sobre o Decreto 8805, apresentação do IGD SUAS e  
59 material do Marco Legal da 1ª Infância). **Substituição de Conselheiros (todos os  
60 processos estão em trâmite):** Substituição da conselheira titular da Secretaria de  
61 Planejamento e Coordenação Geral – Cintia Beal Rusch pela conselheira Célia Regina  
62 Agner/ Substituição do conselheiro titular da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e  
63 Direitos Humanos – SEJU pela conselheira Marli Mussulini e a substituição da conselheira  
64 suplente Marli Mussulini pela conselheira Rosane Gonçalves/ Substituição do conselheiro  
65 suplente do segmento usuário, representante do Movimento Nacional da População de  
66 Rua, Leonildo José Monteiro, pelo conselheiro Carlos Umberto dos Santos. **Justificativas**  
67 **Recebidas:** Ronaldo Adriano Alves dos Santos (representante da sociedade civil e Cintia  
68 Beal Rusch – SEPL •Registrada a presença de **Lucas Santana**, a ser nomeado  
69 Conselheiro Suplente da Vice-Presidente **Maria de Lourdes San Roman**. •**Informes**  
70 **gerais** - “**Capacitação sobre o modelo de acompanhamento familiar do Programa**  
71 **Família Paranaense**”. - Pediu a Palavra a Conselheira Alzenir de Fátima Santos,  
72 informando sobre a necessidade sentida de proceder um melhor acompanhamento  
73 familiar do Programa. A princípio, não se encontrou um documento orientativo, com dados  
74 mais específicos. Contratou-se uma Consultora do BID, quando ocorreram conversas  
75 internas com as Coordenações. Oficinas foram realizadas, assim como algumas visitas a  
76 CRAS. Fechou-se esse documento e nesse ano foi levada a efeito a implantação. Os  
77 Municípios foram contatados e desses, 26 aceitaram quando receberam a capacitação  
78 sobre o material produzido de acompanhamento familiar. Em outubro e novembro será  
79 possível sentar com as equipes e verificar se está ideal para desenvolver junto às  
80 famílias. Já no próximo ano será possível imprimir e distribuir para todos os Municípios.  
81 Neste ano, 10 a 20 famílias já inseridas no Programa serão submetidas a uma  
82 experiência. • **IIº Seminário Estadual das ações estratégicas do PETI – A**  
83 **Coordenadora Elenice** informou que as avaliações desse evento foram muito positivas,  
84 onde materiais a respeito estão sendo impressos e em breve serão trazidas ao plenário.  
85 •**Divulgação do Prêmio Rosani Cunha** – Segundo a técnica Odelita Milanese (SEDS), o  
86 Paraná se inscreveu sobre as boas práticas com o uso do CadÚnico, para a  
87 implementação de Políticas Públicas. Dia 19 e 20 de outubro, estarão recebendo os dois  
88 representantes do Governo Federal, para proceder a avaliação. A **Presidente Maria de**  
89 **Lourdes** convidou uma representação da Sociedade Civil, para proceder o  
90 acompanhamento (decidida a participação da **Conselheira Daniele de March –**  
91 **SINDASP**). •**Registrada a chegada da representante do Ministério Público, Kate**  
92 **Fabiane da Cruz**. Segundo a Presidente, **Conselheira Maria de Lourdes San Roman**  
93 **(SEDS)**, é necessário que se trabalhe com vínculos e os diferentes diagnósticos precisam  
94 ter indicadores. Trata-se de um grande avanço estar nessa premiação. Foi apontado pela  
95 **Conselheira Alzenir (SEDS)**, que esse índice foi criado pelo IPARDES e aponta as  
96 famílias que estão mais vulneráveis. É possível criar um olhar, para depois haver uma  
97 intervenção intersectorial, justamente nos Municípios onde estão as situações mais  
98 críticas, contribuindo na gestão dos Municípios. Nesse momento, a Conselheira Dulce  
99 Darolt aproveitou o espaço para comunicar a inauguração do “**Centro Estadual de**  
100 **Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM)**”, estabelecido  
101 à rua Desembargador Westphalen, nº15, Edifício Dante Alighieri – 13º andar, com horário  
102 de funcionamento das 8:30h às 17:30h, contando com a participação, em suas atividades,

103 das secretarias de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), Família e  
104 Desenvolvimento Social (SEDS), Educação (SEED), Saúde (SESA) e Administração e  
105 Previdência (SEAP). Da parte do Conselheiro José Araújo da Silva (Ação Social do  
106 Paraná), veio a única reclamação de que o CEAS/PR não foi convidado para esse evento.  
107 Comprometeu-se a Conselheira Dulce (SEJU) a levar a questão para quem é de direito,  
108 ao mesmo tempo que comunicou a edição de uma cartilha orientadora que será  
109 encaminhada aos Conselheiros, baseada em pontos auxiliares aos migrantes. **Informe:-**  
110 Nesse fim de semana, no Parque São Cristóvão será realizada uma grande festa latino-  
111 americana, a cargo da Pastoral do Imigrante, com danças típicas, comidas e outras  
112 atrações. •Dia 30 ocorreu a eleição da Sociedade Civil do Comitê Intersetorial de  
113 atendimento à população de rua, nomeados pelo Governador. Visando melhores  
114 esclarecimentos, a Coordenadora de Proteção Especial, **Conselheira Elenice Malzoni**  
115 **(SEDS)** comentou que esse Centro de Imigrantes tem uma parceria muito intensa com  
116 diversos órgãos. Cabe o estudo de transferência de benefícios eventuais e o acolhimento  
117 provisório numa casa de passagem. O ano eleitoral está aí e é necessário caracterizar a  
118 emergência para realizar o serviço. •Registrada a chegada do **Conselheiro Cleyton**  
119 **Serafim dos Reis (USUÁRIO), Gladys Tortato, técnicos Godofredo e Paula (SEDS),**  
120 **Comprometida, a Conselheira Dulce Darolt (SEJU)** completou ter havido um sério  
121 trabalho, para a abertura desse Centro, o primeiro do Brasil. Aguarda-se o tempo hábil  
122 para as formalidades. •**Relato das Comissões •Comissão de Financiamento e**  
123 **Gerenciamento do Fundo – Relatora – Conselheira Marcela Evangelista. 1.1**  
124 **Balancete Setembro/2016.** A técnica Marcela realizou a apresentação do referido  
125 Balancete na plenária. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **1.2**  
126 **Finalização da prestação de contas dos recursos do IGDM – PBF relativos ao ano**  
127 **de 2015.** A técnica Odelita informa que os municípios de Dr. Ulysses e Guaraqueçaba  
128 não finalizaram o Demonstrativo Sintético de Execução Física Financeira do SUAS,  
129 referente ao IGDBF 2015 e, que os mesmos também estão com pendências de  
130 fechamento em exercícios anteriores, o que impede o referido fechamento e ainda causa  
131 suspensão de repasses. **Parecer da Comissão:** Ciente da informação. A Comissão  
132 sugere que seja encaminhado ofício aos Municípios e aos CMAS, com cópia ao ER,  
133 solicitando informações dos motivos para o não preenchimento e fechamento das  
134 prestações de contas no Sistema SUAS-WEB. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.3 Relação**  
135 **dos municípios que não estão recebendo recursos do IGDM-PBF devido ao não**  
136 **alcance do mínimo estabelecido para o cumprimento das condicionalidades.**  
137 **RETIRADO DE PAUTA. Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **1.4**  
138 **Protocolo: 14.219.534-8: Município de Ipiranga.** O município de Ipiranga encaminhou  
139 ofício nº 89/2016, solicitando a manutenção do andamento dos processos de Construção  
140 de novo equipamento e o de Reforma e Ampliação do CRAS. **Parecer da Comissão:**  
141 Encaminhar ofício ao município e ao CMAS, com cópia ao ER, reiterando a deliberação nº  
142 070/2016, quanto a manutenção de recurso somente para Construção de novo  
143 equipamento. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.5 Protocolo: 14.126.791-4: CMAS de**  
144 **Toledo – Questionamento das Propostas da Conferência Municipal de Toledo (deve**  
145 **passar também da Comissão de Políticas);** O CMAS de Toledo encaminha Ofício  
146 Circular de nº 01/2016 solicitando informações quanto as deliberação da Conferência  
147 Municipal. **Parecer da Comissão:** Encaminhar o protocolo para GFS/Gestão de Fundos  
148 para complementar a informação quantos aos repasses realizados ao município de  
149 Toledo. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.6 Elaboração do Plano de Ação.** A Comissão  
150 fez a leitura do Plano de Ação realizado na Reunião do CNAS – Regiões Sul e Sudeste. O  
151 Plano de Ação da Comissão será elaborado posteriormente. **Parecer da Comissão:** O  
152 documento será discutido em plenária. **Parecer do CEAS:** Ciente. •Registrada a chegada

153 das **Conselheiras Claudia Foltran e Marli V. Mussulini •Balancete referente à**  
154 **setembro de 2016** – O CEAS/PR mostrou-se ciente. •**Comissão de Documentação e**  
155 **Rede Socioassistencial – Relatora Conselheira Débora Rickli Fiuza. 2.1- Protocolado**  
156 **14.224.348-2 – FAVI Comunidade Terapêutica Fonte de Água Viva.** A Comissão tomou  
157 ciência do processo em questão fazendo leitura do Ofício e dos despachos anexados no  
158 referido Protocolado. Parecer da Comissão: Diante do protocolo apresentado, sugerimos  
159 que este CEAS/PR encaminhe um ofício a FAVI Comunidade Terapêutica Fonte de Água  
160 Viva, com orientação de procurarem o órgão Gestor Municipal de Assistência Social de  
161 Araucária, para receber orientações sobre as adequações necessárias às quanto ao  
162 marco normativo e legal da Política de Assistência Social. **Parecer do CEAS: Aprovado.**  
163 **2.2- Plano de Ação CEAS.** A Comissão realizou a leitura do Plano apresentado pelo  
164 CEAS. Parecer da Comissão: Diante do apresentado, ficou acordado que na próxima  
165 reunião apresentarão plano da Comissão. **Parecer do CEAS: Ciente. Comissão de**  
166 **Políticas Sociais – Relatora – Conselheira Dulce. 3.1 - RENDA FAMÍLIA**  
167 **PARANAENSE.** A técnica Michele da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense,  
168 informou que o Decreto 5.064, foi publicado no Diário Oficial nº 9783 em 16 de setembro  
169 de 2016. O Decreto atualizou os valores para a concessão do Renda Família Paranaense,  
170 adequando a linha da extrema pobreza do Paraná com a da União. Desta forma a folha  
171 de pagamento do mês de outubro já foi efetuada com o novo cálculo, sendo atendidas as  
172 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e que possuam renda *per capita*  
173 superior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) e inferior a R\$ 95,00 (noventa e cinco reais). O  
174 aumento dos valores de concessão, trouxe um aumento de aproximadamente 10 mil  
175 famílias e 250 mil reais em relação a média dos meses de janeiro a julho. Para este mês  
176 de outubro de 2016, a folha de pagamentos do Renda Família Paranaense conta com  
177 103.161 famílias beneficiadas em um montante de recursos transferidos às famílias de R\$  
178 2.944.565,00. Panorama do benefício no ano de 2016. **Parecer da Comissão: Ciente.**  
179 **Parecer do CEAS: Ciente. 3.2 – Pauta Permanente: Programa Bolsa Família e**  
180 **CadÚnico; Evolução da atualização cadastral 2016; Relato:** A técnica Odelita entregou  
181 à Comissão planilha demonstrando a relação de famílias em processo de atualização e  
182 averiguação cadastral 2016, com cadastros desatualizados, em setembro de 2016. Foi  
183 observado o baixo índice de atualização dos municípios, mesmo considerando que o  
184 processo se encerra em dezembro deste ano. Ressaltando que os cadastros não  
185 atualizados até dezembro de 2016 serão excluídos da Base Nacional de Cadastro Único.  
186 **Parecer da Comissão:** A Comissão estando ciente do assunto, sugere que o CEAS envie  
187 **ofício circular** aos CMAS, ressaltando a importância do processo de atualização e  
188 averiguação cadastral para a manutenção e inserção das famílias em Serviços,  
189 Programas, Projetos e Benefícios nas diversas políticas públicas. **Parecer do CEAS:**  
190 **Aprovado, com a participação do MP/PR ( por meio de ofício circular ao Promotores de**  
191 **Justiça), interação do Conselheiros do CEAS junto ao seus municípios e a realização da**  
192 **Videoconferência pela SEDS. 3. 3 - Protocolo 14.149.085-0 – Construção da Lei do**  
193 **SUAS de Leopólis. Relato:** O município envia para análise do CEAS, o seu Projeto de lei  
194 do SUAS, para apreciação. O mesmo foi analisado pela equipe técnica da SEDS –  
195 Coordenação de Gestão do SUAS, que fez algumas observações quando à necessidades  
196 de ajustes em atendimento à Lei 12435 de 06 de julho de 2011. **Parecer da Comissão:**  
197 **Sugere ao CEAS dar retorno ao município quanto aos ajustes apontados pela CGS para**  
198 **adequação de Projeto de Lei e que o mesmo seja analisado pelo jurídico municipal; A**  
199 **Comissão questiona quanto à pertinência da análise desta demanda pelo CEAS. Parecer**  
200 **do CEAS: Aprovado e encaminhar aos CMAS o (guia de orientação aos municípios sobre**  
201 **a regulamentação da política municipal de assistência social) do MDSA estimulando a**  
202 **criação da Lei local. 3.4 - Protocolado: 13.028.222-9 - Município: Boa Ventura de São**

203 Roque. **Relato:** O município envia ofício 62/2016 solicitando prorrogação de 90 dias para  
204 execução do recurso do Incentivo Família Paranaense. - Justifica que não houve tempo  
205 hábil para realização de licitação visando a aquisição dos itens programados e para tal  
206 solicita prorrogação. O município iniciou o processo de prestação de contas da 1ª parcela  
207 visando o recebimento da 2ª parcela em dezembro de 2014, o qual foi necessário realizar  
208 vários ajustes para análise do setor financeiro da SEDS, que ocorreu em junho de 2016,  
209 sendo possível a tramitação para recebimento da 2ª parcela, paga em 13/06/2016. -  
210 Considerando o atendimento realizado às famílias pelo município, a Unidade Técnica do  
211 Programa Família Paranaense posiciona-se favoravelmente a solicitação do mesmo.  
212 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.5 -Protocolo:**  
213 **13.045.300-7 - Município: Campina do Simão - Relato:** O município envia  
214 documentação para Prestação de Contas Final do Incentivo. O mesmo fez aquisição de  
215 um veículo e com o saldo do recurso (R\$ 7.356,53) realizou aquisição de itens de custeio  
216 para atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), sendo  
217 que não havia previsão no Plano de Ação para execução desta despesa. - O Escritório  
218 Regional de Guarapuava, aponta que houve a implementação dos serviços do CRAS  
219 (PAIF e SCFV) e que o equipamento conta com equipe técnica, sendo favorável a  
220 prestação de contas apresentada. - O Conselho Municipal de Assistência Social, aprovou  
221 por meio da Resolução 10/2016, justificativa da Secretaria Municipal de Assistência  
222 Social, que aponta a execução do recurso como necessidade de atendimento ao serviço.  
223 - Considerando o cumprimento das diretrizes do Programa Família Paranaense pelo  
224 município, esta Unidade Técnica aprova o gasto realizado e salienta que o mesmo  
225 observe o Plano de Ação elaborado, no momento de executar os recursos repassados  
226 pela SEDS. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.6 -**  
227 **Protocolado: 13.085.474-5 - Município: Tunas do Paraná Relato:** O município envia  
228 ofícios 01/2016 e 03/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social, solicitando  
229 prorrogação de 120 dias para execução do recurso do Incentivo Família Paranaense. -  
230 Justifica que não houve tempo hábil para utilização do recurso e rotatividade de técnicos  
231 na execução do Programa e para tal solicita prorrogação. - O município recebeu apenas  
232 a primeira parcela e tal prorrogação refere-se a execução da mesma, estando este ciente  
233 que não atendeu aos critérios da Deliberação 042/2013 para recebimento da 2ª parcela. -  
234 O mesmo vem realizando esforços para desenvolver as ações propostas no Plano de  
235 Ação das famílias incluídas do Programa Família Paranaense e demais diretrizes. Deste  
236 modo, a Unidade Técnica do Programa Família Paranaense posiciona-se favoravelmente  
237 a solicitação, devendo este realizar a Prestação de Contas Final após este prazo. **Parecer**  
238 **da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.7 – Nota de Repúdio do**  
239 **CMAS de Umuarama - Relato:** A Nota de Repúdio é referente ao Decreto Federal  
240 nº8805/2016 – sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC; Os Conselhos  
241 Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com  
242 Deficiência posicionam-se de forma contrária ao Decreto, solicitando a revogação do  
243 mesmo. **Parecer da Comissão:** Favorável à nota de repúdio e sugere ao CEAS envio de  
244 posicionamento em relação às instâncias nacionais de Deliberação e Pactuação. **Parecer**  
245 **do CEAS:** Aprovado, retornar para Umuarama informando que o CEAS já se posicionou  
246 na reunião SUL e Sudeste do CNAS. **3.8 - Protocolo 14.277.281-1 – Manifestação**  
247 **Pública CMAS de Londrina - Relato:** Esta Manifestação Pública é referente ao Decreto  
248 Federal nº8805/2016 – sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC; O Conselho  
249 Municipal de Assistência Social, posiciona-se de forma contrária ao Decreto e  
250 manifestam preocupação quanto a implantação do serviço a ser desenvolvido pelos  
251 “visitadores” do Programa “Criança Feliz”. **Parecer da Comissão:** Favorável à  
252 Manifestação Pública no tocante ao designado ao Decreto 8805/2016. Sugere ao CEAS

253 envio de posicionamento em relação às instâncias nacionais de Deliberação e Pactuação.  
254 - Quanto ao Programa Criança Feliz, face a publicação ser recente, não houve condições  
255 de fazer análise. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.9 – Elaboração do Plano de Ação:**  
256 **Parecer da Comissão:** Juliana explicou as sugestões elaboradas na Reunião do CNAS –  
257 Região Sul e Sudeste, informando que ela mesma estará compilando todas as sugestões  
258 fornecidas pelas Comissões. **Parecer do CEAS:** Ciente. **INCLUSÕES DE PAUTA. 3.10 -**  
259 **Protocolado: 13.032.860-1 - Município: Faxinal. Relato:** O município envia ofício  
260 02/2016 solicitando prorrogação até maio de 2017 para Prestação de Contas Final do  
261 recurso do Incentivo Família Paranaense. Justifica que recebeu o recurso próximo a data  
262 de prestação de contas e não houve prazo suficiente para realização de licitações para  
263 aquisição de equipamentos (brinquedoteca e instrumentos musicais). O município iniciou  
264 o processo de prestação de contas da 1ª parcela visando o recebimento da 2ª parcela em  
265 fevereiro de 2015, o qual foi necessário realizar vários ajustes para análise do setor  
266 financeiro da SEDS, que ocorreu em novembro de 2015. Ainda permaneceu ajustes a  
267 serem realizados pelo município, para atendimento do disposto na Deliberação 042/2013  
268 e Tribunal de Contas do Estado, o qual só foi concluído pelo mesmo em março de 2016,  
269 sendo possível a tramitação para recebimento da 2ª parcela, que ocorreu em 01/04/2016.  
270 Apesar das intercorrências no processo do recebimento do recurso, o município vem  
271 realizando esforços para atender o disposto no Plano de Ação elaborado. Deste modo a  
272 Unidade Técnica posiciona-se favoravelmente a solicitação do município e sugere o prazo  
273 de prorrogação de 7 meses conforme procedimento já adotado pelo CEAS. **Parecer da**  
274 **Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.11 - Protocolo: 13.044.367-2 -**  
275 **Município: Palmas. Relato:** O município de Palmas, envia ofício 08/2016 solicitando  
276 prorrogação de mais 60 dias para Prestação de Contas Final do recurso do Incentivo  
277 Família Paranaense. O mesmo já havia solicitado prorrogação de prazo, que está vigente  
278 até o dia 20 de setembro. No entanto, no processo licitatório, houve redução de valores  
279 dos produtos adquiridos restando um saldo de R\$ 7.200,77, o qual o município gostaria  
280 de utilizar para aprimoramento do Programa. A Unidade Técnica posiciona-se  
281 favoravelmente a solicitação do município e salienta que o recurso deve ser utilizado nos  
282 serviços previstos no Plano de Ação elaborado e sugere que não haja nova prorrogação.  
283 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.12 - Protocolo:**  
284 **13.032.804-0 - Município: Ariranha do Ivaí. Relato:** O município de Ariranha do Ivaí  
285 solicita prorrogação até dezembro de 2016, para utilização do saldo do recurso do  
286 Incentivo Família Paranaense (R\$ 1.105,65), bem como, envia Resolução 010/16 do  
287 Conselho Municipal de Assistência Social, que aprova utilização do recurso com  
288 pagamento de técnico de nível médio (despesa de custeio), não tendo esta previsão no  
289 Plano de Ação. A Unidade Técnica remete ao CEAS para deliberação. **Parecer da**  
290 **Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.13 - Conselheira Simone – Reg.**  
291 **Maringá –** solicita inclusão de pauta referente denúncia recebida sobre o atendimento  
292 prestado na Casa Lar do município de Sarandi, feita ao Fórum Regional de Assistência  
293 Social; **Parecer da Comissão:** Face ao relato da Conselheira em relação as informações  
294 repassadas quanto ao funcionamento dos Conselhos do município e Ministério Público da  
295 Comarca, a Comissão sugere que seja remetido o ofício com o teor da denúncia ao  
296 CAOPCA – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do  
297 Adolescente e da Educação. **Parecer do CEAS:** Aprovado. A técnica **Odelita (SEDS)**  
298 informou que o atraso na atualização dos cadastros requer uma força tarefa, já que a falta  
299 de mobilização provocará cancelamento ou suspensão dos benefícios de muitas famílias.  
300 O prazo final será em dezembro. Contestou a **Conselheira Gladys** lembrando que os  
301 mais prejudicados sempre serão os usuários, pensar em outras estratégias.  
302 Contribuindo, a representante do Ministério Público, **Kate Fabiane da Cruz** informou que

303 o Centro de apoio das Promotorias irá expedir ofícios a todas as Promotorias, para que os  
304 Municípios regularizem os seus cadastros. •**Comissão de Comunicação, Articulação e**  
305 **Mobilização – Relatora: Conselheira Simone Gomes (Sindicato dos Psicólogos). 4.1**  
306 **Pauta Permanente: Educação Permanente do SUAS.** A conselheira Tatiana, informa  
307 que a UEPG irá iniciar o curso I do programa CapacitaSUAS II - Introdução ao exercício  
308 do Controle Social. Pólo de Curitiba (Funpar – Rua João Negrão, 280) datas: 09, 16, 23 e  
309 30/11/2016 e 07/12/2016 e pólo Ponta Grossa (UEPG- Praça Santos Andrade – Ponta  
310 Grossa) datas: 03, 10, 17, 24/11/2016 e 01/12/2016. Para as áreas de abrangência de  
311 Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa. A coordenação da Gestão do SUAS informa que já  
312 foi deliberado por este conselho a participação dos conselheiros estaduais da sociedade  
313 civil que pertencem a estas áreas de abrangência bem como se houver vagas, na  
314 sequência serão repassados aos conselheiros estaduais governamentais. Neste sentido a  
315 CGS solicita com a máxima urgência que os nomes dos conselheiros interessados sejam  
316 enviados para o e-mail da secretaria executiva para procedimentos cabíveis. Tendo em  
317 vista que alguns conselheiros estaduais iniciaram uma nova gestão, haverá  
318 disponibilidade de vagas, no entanto o CEAS/PR não fará o custeio de deslocamento das  
319 demais áreas que não estejam pontuadas acima. Se houver interesse pedimos que  
320 encaminhe o nome para a secretaria executiva onde a mesma encaminhará um informe  
321 aos CMAS correspondente. **Parecer da Comissão:** Ciente e aprova o encaminhamento.  
322 **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.2 Pauta Permanente: Vigilância Socioassistencial.** A  
323 técnica Jossiani, fez a leitura do Ofício nº004/2016 do município de Barbosa Ferraz, o  
324 qual informa que o Demonstrativo Sintético 2015 do referido município foi finalizado. A  
325 comissão irá aguardar até a próxima reunião do CEAS a chegada dos demais ofícios, pois  
326 o prazo dado pelo CEAS/PR era até o dia 06/10/2016. **Parecer da Comissão:** ciente.  
327 **Parecer do CEAS:** Ciente. A conselheira Tatiana, traz informações referente ao RMA.  
328 Apresentando um panorama de preenchimento do RMA referência junho/2016:  
329 Quantidade de CRAS CadSuas 563 – Quantidade de CRAS que preencheram o RMA  
330 537; Quantidade de CREAS CadSuas 179 – Quantidade de CREAS que preencheram  
331 RMA 169; Quantidade CentroPop CadSuas 21 – todos preencheram o RMA. A CGS  
332 estará fazendo levantamento e mobilizará via Escritório Regional os  
333 equipamentos/municípios que não preencheram. **Parecer da Comissão:** ciente. **Parecer**  
334 **do CEAS:** Ciente. **4.3 Elaboração Plano de Ação.** A conselheira Simone fez a leitura do  
335 Plano de ação realizado, onde a comissão entende que a redação do item  
336 operacionalização/objetivo da ação 1 deverá ser: Focar na Gestão do SUAS, fomentar a  
337 participação social dos fóruns, da sociedade civil e das políticas intersectoriais que compõe  
338 o conselho. A comissão ao analisar o referido Plano, sinaliza que algumas ações  
339 contempladas também aparecerão no plano de ação da comissão. Início da elaboração  
340 do plano de ação da comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. **Parecer da**  
341 **Comissão:** Aprova o Plano de Ação . **Parecer do CEAS:** Ciente. **Inclusão. 4.4 Sugestão**  
342 **de questionário aos CMAS .** A conselheira Simone traz da reunião ocorrida dia  
343 06/10/2016 pela manhã com os conselheiros da sociedade civil, a sugestão para elaborar  
344 um questionário destinado aos CMAS, com perguntas pertinentes de cada comissão. A  
345 conselheira Tatiana sugere que devido a importância do retorno das informações, que  
346 este questionário seja elaborado durante o ano 2016 e encaminhado aos CMAS no  
347 primeiro trimestre de 2017 (após deliberação do CEAS), pois o período eleitoral  
348 prejudicará a composição dos conselhos, tendo em vista troca de conselheiros  
349 governamentais. **Parecer da Comissão:** ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. •**Intervalo**  
350 **para o almoço**• Os trabalhos foram retomados às 14h10min., com o relato da **Comissão**  
351 **de acompanhamento aos CMAS – Relator: Conselheiro Roberto (OAB). 5.1 –**  
352 **Protocolo: 14.056.494-0 – CMAS de Prudentópolis – Dúvidas sobre a Mesa Diretora.**

353 O CMAS de Prudentópolis solicitou orientações com relação a composição da mesa  
354 diretora, uma vez que o Pastor Daniel Hiramine é estrangeiro não naturalizado e foi eleito  
355 como conselheiro representante da sociedade civil/ segmento usuário. Assim, a comissão  
356 aprovou o envio do processo ao NJA/SEDS para análise, onde foram anexados cópia do  
357 documento do Sr. Daniel (Cédula de identidade do Estrangeiro e CPF), além da cópia da  
358 Resolução nº011/2015 do CNAS, que dispõe sobre a caracterização dos usuários, seus  
359 direitos e participação na Política de Assistência Social e no SUAS. O processo retornou  
360 do NJA/SEDS com a informação de que o fato do Sr. Daniel pertencer ao “segmento:  
361 Usuários ou Organizações de usuários” é insuficiente para o deslinde da questão  
362 apresentada. A fim de facilitar o processo, foi repassado essa informação do NJA/SEDS  
363 através de contato telefônico e por e-mail ao CMAS de Prudentópolis (documento anexo),  
364 solicitando o esclarecimento e documentos que caracterizam a representação do Dr.  
365 Daniel no colegiado para subsidiar a análise do NJA/SEDS, citando a referida Resolução  
366 do CNAS p/ subsidiar o entendimento. **Parecer da Comissão:** Como até a presente data,  
367 o CMAS não encaminhou mais nenhum outro documento comprobatório conforme a  
368 solicitação do NJA/SEDS, sugerimos o envio de um ofício ao CMAS, solicitado a cópia  
369 dos seguintes documentos: Justificativa da entidade (organizações de usuários) que o  
370 teria indicado para o referido conselho municipal, o comprovante do registro no conselho,  
371 estatuto da entidade e se houver, sua nomeação (e respectivo extrato de publicação),  
372 além do edital da eleição da sociedade civil, os documentos apresentados na habilitação  
373 da candidatura e a ata de eleição. Prazo de até 20 dias, após o recebimento do ofício,  
374 caso estes não sejam apresentados, este colegiado encaminhará cópia integral do  
375 presente processo ao CNAS p/ providências necessárias. **Parecer do CEAS:** Aprovado.

376 **5. 2 – Protocolo: 14.166.977-0 – CMAS de Paranaguá – Dúvidas sobre o**  
377 **Funcionamento do CMAS.** O CMAS de Paranaguá, encaminhou um ofício ao CEAS/PR,  
378 relatando que não consegue fazer a resolução da composição da atual gestão 2015-2016  
379 do CMAS, devido o extravio dos documentos da Conferência (ata, lista de presença e as  
380 deliberações da conferência). Além dessa situação, eles informam que a Lei de Criação e  
381 o Regimento Interno do CMAS estão defasados. Questionam, se enquanto essa situação  
382 não se resolve, há legalidade na atuação e funcionamento dessa gestão do Conselho?  
383 Diante de situação, a Comissão solicitou apoio do ER de Paranaguá, para que se  
384 averiguasse e situação relatada pelo CMAS. Assim, os mesmos encaminharam um e-mail  
385 informando que participaram de duas reuniões do colegiado, onde puderam constatar que  
386 os mesmos vem se reunindo e deliberando dentro da normalidade e com a composição  
387 adequada. Ressaltam que, em função da substituição do Gestor Municipal de Assistência  
388 Social por 04 vezes durante o ano de 2016, a documentação relativa a eleição do  
389 Conselho Municipal foi extraviada e a dúvida dos mesmos refere-se a validação das  
390 decisões exaradas pelo conselho durante o período em que estão atuando sem a  
391 realização do decreto de nomeação. Ou seja, o conselho foi eleito, tomou posse, executa  
392 sua função, mas não há decreto de nomeação dos mesmos publicados em diário oficial.  
393 **Parecer da Comissão:** Envio de ofício com as seguintes orientações: Em virtude da  
394 perda da documentação (e se esses realmente não foram encontrados) é preciso legalizar  
395 o processo eleitoral providenciando o Decreto de Nomeação dos conselheiros, para que  
396 este colegiado tenha legitimidade. Com prazo de resposta de até 20 dias  
397 impreterivelmente, sobre quais as providências este colegiado irá tomar para legalizar a  
398 referida situação. Alertamos esse conselho, que em virtude da situação atual os mesmos  
399 podem perder recursos estadual e federal, além de outras sanções. **Parecer do CEAS:**  
400 **Aprovado. •Apresentação do questionário Censo/SUAS/2016 (Documento na tela).** A  
401 **Secretária Executiva Juliana Müller** procedeu a leitura desse documento e os  
402 Conselheiros foram apontando os destaques e levando avante as discussões.

403 Preenchimento do questionário **CENSO SUAS 2016 APROVADO**. •**Plano de Ação do**  
404 **CEAS/PR** – A planilha foi exposta na tela e os Conselheiros oportunizaram as análises.  
405 •**Aprovado o Plano de Ação**. •Repasse do conteúdo da reunião com a Diretoria Geral,  
406 cuja pauta foram as Prestações de Contas e diárias dos Conselheiros – **Relator:**  
407 **Conselheiro José Araújo da Silva**. Os Conselheiros **Ronaldo e Roberto** enviaram suas  
408 contribuições e observou-se receptividade por parte da Sra. Diretora no que se refere a  
409 diárias extras, foi demonstrada a impossibilidade, devido a algumas normativas que  
410 impedem a flexibilização. Segundo o **Conselheiro Araújo**, foi esclarecido que os  
411 Conselheiros às vezes não possuem recursos para a compra das passagens, assim será  
412 autorizado o **adiantamento** do recurso para essa aquisição. Os trâmites de orientação  
413 serão repassados pela Secretaria Executiva. Abordou-se a dificuldade existente de  
414 prestar contas em 48 horas. Foi sugerido escanear os documentos e depois enviar os  
415 comprovantes originais por malote na mesma semana. •**Indicação para participação**  
416 **no FONACEAS- “Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social, a**  
417 **ser realizado em Maceió – Alagoas, Dias 9 e 10 de Novembro** - Discutiu-se a  
418 possibilidade da participação de um trabalhador do setor, um usuário e um representante  
419 de entidade, podendo alternar essas participações. Não há disponibilidade de recursos.  
420 Numa pré-escolha, apontou-se o nome da **Conselheira Simone Cristina Gomes, do**  
421 **Sindicato dos Psicólogos do Paraná**. A representação governamental para esse evento  
422 será definida na Reunião Técnica da próxima segunda-feira. •**Proposta de alteração da**  
423 **reunião de dezembro/2016. - Novembro** – dias 03/11 e 04/11 – **Dezembro** – dias 24 e  
424 25/11. •Foi também esclarecido que a partir da reunião de novembro, a sala do 7º andar  
425 terá iniciada a sua reforma. Dessa forma, foram aprovados também, o calendário das  
426 reuniões de Fevereiro - 9 e 10 de fevereiro/2017 e de Março - 9 e 10 de março/2017.  
427 **Aprovado**. Finalizando, a **Conselheira Dulce** comunicou que o guia a ser disponibilizado  
428 para os refugiados, já foi para a Secretaria Executiva e irá sendo atualizado com as outras  
429 parcerias relativas a essa Política. •Registrado o aniversário da **Conselheira Simone C.**  
430 **Gomes**. A presente Ata foi gravada e redigida pela Servidora Regina Amasiles Rodrigues  
431 Costa (da equipe da Secretaria Executiva/Conselhos), digitada por Stefani Heichuk de  
432 Oliveira, sendo a Secretária Executiva Juliana Müller. O documento após aprovação sera  
433 inserido no site do CEAS/PR.